

ANEXO B – FORMULÁRIO DE INDICADORES DE IMPACTOS DA PESQUISA

Autor(a): Tarsila da Silva Pereira

Orientador(a): Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias

Programa de Pós-Graduação em: Mestrado Profissional em Administração Pública

Título do trabalho: Perfil e trajetórias: Um estudo sobre crianças e adolescentes das Unidades de Acolhimento Institucional de Minas Gerais com base no Censo Suas (2018-2024)

Ação Climática:

- ☐ Agricultura de baixa emissão de carbono
- ☐ Uso sustentável da água e do solo
- ☐ Produção orgânica e sustentável
- ☐ Bioenergia, compostagem, biodigestores
- ☐ Energia limpa e renovável
- ☐ Eficiência energética ou inovação ambiental
- ☐ Manejo de resíduos ou recuperação de áreas degradadas
- ☒ Não se aplica.

Tipos de Impactos:

☒ sociais ☐ tecnológicos ☐ econômicos ☐ culturais ☐ outros: _____

Áreas Temáticas da Extensão:

- | | |
|---|---|
| ☐ 1. Comunicação | ☐ 5. Meio ambiente |
| ☐ 2. Cultura | ☐ 6. Saúde |
| ☒ 3. Direitos humanos e justiça | ☐ 7. Tecnologia e produção |
| ☐ 4. Educação | ☐ 8. Trabalho |

Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU impactados

- | | |
|---|--|
| ☒ 1. Erradicação da pobreza | ☒ 10. Redução das desigualdades |
| ☐ 2. Fome zero e agricultura sustentável | ☐ 11. Cidades e comunidades sustentáveis |
| ☐ 3. Saúde e Bem-estar | ☐ 12. Consumo e produção responsáveis |
| ☒ 4. Educação de qualidade | ☐ 13. Ação contra a mudança global do clima |
| ☒ 5. Igualdade de Gênero | ☐ 14. Vida na água |
| ☐ 6. Água potável e Saneamento | ☐ 15. Vida terrestre |

() 7. Energia Acessível e Limpa

(x) 16. Paz, justiça e instituições eficazes

() 8. Trabalho decente e crescimento econômico

() 17. Parcerias e meios de implementação

Impactos sociais, tecnológicos, econômicos e culturais

Esta dissertação tem o potencial de gerar impactos sociais importantes ao analisar o perfil e as trajetórias de crianças e adolescentes em 327 Unidades de Acolhimento Institucional de Minas Gerais. A pesquisa foi feita com base no Censo SUAS 2018-2024, que cobre 13 Regiões Geográficas Intermediárias e cerca de 21 milhões de habitantes no estado. Os resultados revelam desigualdades entre os territórios, especialmente na infraestrutura e nos motivos que levam ao acolhimento. Essas diferenças podem ser observadas em indicadores como a taxa média de ocupação, que é de 0,71 em Belo Horizonte, e o número de acolhidos por unidade, que chega a 16 em todo o estado. Essas informações ajudam a orientar melhorias na Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, contribuindo para qualificar o planejamento e a tomada de decisão em nível regional. Embora este estudo não tenha um foco direto em ações extensionistas, ele beneficia indiretamente gestores municipais, equipes técnicas e profissionais das UAIs. Além disso, as crianças e adolescentes acolhidos, que somam aproximadamente 5 mil por ano, também se beneficiam na medida em que o trabalho oferece evidências para a criação de políticas regionais voltadas à garantia de direitos e à melhoria das condições de acolhimento. Essas políticas visam promover a reintegração familiar em até 18 meses, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e fortalecer a articulação entre rede socioassistencial, sistema de justiça e serviços intersetoriais. Os impactos identificados são predominantemente de natureza social, não se verificando, no escopo deste estudo, impactos tecnológicos, econômicos ou culturais relevantes. Em termos de formação, a pesquisa contribui para a capacitação de um docente, na função de orientador, e de uma estudante, autora do trabalho, ampliando a produção de conhecimento aplicada ao Sistema Único de Assistência Social. No contexto de Minas Gerais, especialmente nas regiões geográficas intermediárias mais vulneráveis, como Norte e Jequitinhonha – onde as desigualdades na atenção às pessoas são maiores –, os resultados podem subsidiar estratégias de regionalização da oferta, qualificação dos serviços e fortalecimento da governança territorial no SUAS. Os impactos sociais estão alinhados à área temática Direitos Humanos e Justiça da Política Nacional de Extensão, por tratarem da proteção integral de crianças e adolescentes, da defesa de direitos e da redução de desigualdades no acesso à assistência social. Eles também dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial: erradicação da pobreza (ODS 1), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), redução das

desigualdades (ODS 10) e paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16). Tal alinhamento se evidencia ao destacar vulnerabilidades, como os transtornos mentais, observados entre os acolhidos em 2024, e ao propor a articulação entre diferentes setores para garantir uma proteção mais completa às crianças e adolescentes acolhidos e às suas famílias de origem.

Social, technological, economic and cultural impacts

This dissertation has the potential to generate significant social impacts by analyzing the profiles and trajectories of children and adolescents living in 327 Institutional Shelter Units in Minas Gerais, Brazil. The research was based on data from the 2018–2024 SUAS Census, covering 13 Intermediate Geographic Regions and approximately 21 million inhabitants across the state. The findings reveal territorial inequalities, particularly regarding infrastructure conditions and the factors leading to institutional care. These disparities are reflected in indicators such as the average occupancy rate, which reaches 0.71 in Belo Horizonte, and the average number of sheltered individuals per unit, which is 16 statewide. This evidence may support improvements in High-Complexity Special Social Protection within SUAS, contributing to more effective planning and decision-making at the regional level. Although the study does not directly focus on extension activities, it indirectly benefits municipal managers, technical teams, and professionals working in Shelter Units. In addition, children and adolescents in institutional care—estimated at approximately 5,000 annually—may also benefit, as the research provides evidence to support the development of regional policies aimed at guaranteeing rights and improving care conditions. These policies seek to promote family reintegration within a period of up to 18 months, as established by the Statute of the Child and Adolescent, while also strengthening coordination among the social assistance network, the justice system, and intersectoral services. The impacts identified are predominantly social in nature, with no significant technological, economic, or cultural impacts observed within the scope of this study. Regarding academic training, the research contributes to the development of one faculty member, serving as advisor, and one graduate student, the author of the dissertation, thereby expanding the production of knowledge applied to the Unified Social Assistance System. In the context of Minas Gerais—especially in the most vulnerable Intermediate Geographic Regions, such as Norte de Minas and Jequitinhonha, where inequalities in social protection are more pronounced—the findings may support strategies for regionalizing service provision, improving service quality, and strengthening territorial governance within SUAS. The identified social impacts are aligned with the thematic area of Human Rights and Justice within the

National Extension Policy, as the study addresses the comprehensive protection of children and adolescents, the defense of rights, and the reduction of inequalities in access to social assistance services. The research is also aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), particularly: No Poverty (SDG 1), Quality Education (SDG 4), Gender Equality (SDG 5), Reduced Inequalities (SDG 10), and Peace, Justice and Strong Institutions (SDG 16). This alignment is particularly evident in the identification of vulnerabilities, such as mental disorders, which reached a rate of 0.34 in 2024, and in the proposal for greater coordination among different sectors to ensure more comprehensive protection for children and adolescents in institutional care and their families of origin.

Assinatura Discente

Assinatura Orientador

Obs.: As assinaturas devem ser realizadas por meio da plataforma Gov.br, ICPEdu ou outra autenticável que contenha data.